

CADERNO DE ENCARGOS¹

ÍNDICE

1ª.	Objeto	2
2ª.	Prazo do contrato	2
3ª.	Obrigações principais do adjudicatário	3
4ª.	Atualização dos prémios	6
5ª.	Sinistralidade	6
6ª.	Preço contratual e condições contratuais	6
7ª.	Condições de pagamento	7
8ª.	Proteção de dados pessoais	8
9ª.	Penalidades contratuais	9
10ª.	Dever de sigilo	11
11ª.	Força maior	11
12ª.	Resolução por parte da entidade adjudicante	12
13ª.	Resolução por parte do adjudicatário	12
14ª.	Foro competente	12
15ª.	Subcontratação e cessão da posição contratual	12
16ª.	Comunicações e notificações	13
17ª.	Termos de desempenho ambientais	14
18ª.	Execução do contrato	14
19ª.	Direção e Fiscalização da Execução do Contrato	14
20ª.	Legislação aplicável	14
	ANEXO A – Especificações Técnicas	15
	Anexo B - Sinistralidade	28
	ANEXO C – (Modelo de) Declaração	29

¹ Toda a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.
S08-03-IMP-82 Rev. 10

Cláusulas

1ª. Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de principal a aquisição de serviços de seguros, dividido nos seguintes lotes:

- a. Lote 1: Seguro de acidentes de trabalho;
- b. Lote 2: Seguro de acidentes pessoais.

2ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo máximo de **1 (um) ano**, renovável por iguais períodos até ao limite de duas renovações, se nenhuma das partes o denunciar, através de comunicação escrita à outra parte, com uma antecedência mínima de 180 dias do seu termo, ou até ser atingido o preço contratual previsto no n.º 2 da cláusula 6.ª, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato do lote 1 só produzirá os seus efeitos após a obtenção do visto ou da declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 45.º, da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua redação atual. Cabe à entidade adjudicante comunicar ao cocontratante a decisão do Tribunal de Contas, produzindo os respetivos efeitos entre as partes no dia seguinte ao desta comunicação, sem prejuízo do pagamento dos emolumentos que se mostrem devidos.
3. O contrato do lote 2 inicia a sua produção de efeitos materiais com a sua assinatura, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da presente cláusula, ficando os efeitos financeiros dependentes do visto ou da declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 45.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual, por se encontrarem diretamente relacionados entre si.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o contrato, relativo a cada lote, não pode iniciar a sua vigência nem produzir quaisquer efeitos antes das datas de fim de vigência de cada contrato atualmente em vigor, exceto se o valor do contrato, for consumido antes dessa data:

Lote	Referência	Data fim
Lote 1: Seguro de acidentes de trabalho	CPI/14/2021/DMC – Lote 2	2025/01/28, estimando-se que termine no final de agosto 2024, por força da execução do preço contratual
Lote 2: Seguro de acidentes pessoais	CPI/14/2021/DMC – Lote 3	2025/01/28

5. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
6. A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.
7. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
8. O contrato não poderá ser outorgado sem que sejam decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, nos termos do disposto no artigo 104.º, n.º 1, alínea a) e sem prejuízo, quando aplicável, do disposto na alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

3ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de prestar os serviços de seguros em conformidade com as especificações técnicas constantes do ANEXO I, que faz parte integrante do presente caderno de encargos;
 - b. Obrigação de proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros e liquidação dos danos;
 - c. Obrigação de entregar trimestralmente, até ao 8.º dia do trimestre seguinte, um relatório de acompanhamento de execução do contrato, com indicadores de sinistralidade e sua evolução de cada um dos ramos de seguro contratualizado, que contenha, no mínimo:
 - i. Ramo de Acidentes de Trabalho:
 - Listagem de sinistros ocorridos, indicando data do sinistro, causa do sinistro, valor indemnizado, valor provisionado, reservas matemáticas, dias de baixa e percentagem de Incapacidade Permanente Parcial, Incapacidade Temporária Absoluta e Incapacidade Temporária Parcial, bem como identificação dos processos de sinistro que tenham resultado em morte;
 - Mapa de pagamentos mensal em formato *excel*, incluindo nome do trabalhador, NIF do trabalhador, n.º de sinistro e valor a pagamento.
 - ii. Ramo de acidentes pessoais: Identificação dos sinistros por data, causa, cobertura acionada, indemnização processada e provisão constituída;

- d. Obrigação de suportar as despesas incorridas no cumprimento das obrigações anteriores.
 - e. Garantir a existência de uma ferramenta/plataforma que proporcione a Gestão integrada de Sinistros, bem como Indicadores de Acidentes de Trabalho de forma automática, quer através de uma plataforma online, quer através de solicitação por parte do segurado. Os indicadores de Acidentes de Trabalho, devem conter nomeadamente o número de acidentes, número de dias perdidos, causa do acidente, nome do sinistrado, idade, sexo, categoria profissional, data e hora do sinistro, local do sinistro, descrição da ocorrência, tipo de lesão, parte do corpo associada à lesão, total de despesas do sinistro, índices de sinistralidade e outros indicadores relevantes, sem prejuízo de outros elementos que possam ser incluídos/excluídos mediante acordo das partes e da política de proteção de dados em vigor.
- 2. A entrega do relatório referido na alínea c) do n.º 1 será validado pela entidade adjudicante, no prazo máximo de 20 dias após a sua entrega, considerando-se aceites se não houver qualquer pronúncia em contrário até ao final desse prazo.
 - 3. Caso existam correções/alterações a efetuar, serão estas da responsabilidade do adjudicatário, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
 - 4. O adjudicatário dispõe de um prazo máximo de 10 dias, a contar da comunicação efetuada pela entidade adjudicante, para efetuar as correções/alterações que esta considere necessárias.
 - 5. Todos os documentos, nomeadamente os relatórios devem ser entregues, em suporte digital (Excel e Pdf), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela entidade adjudicante para o efeito, ou outro endereço expressamente indicado pela entidade adjudicante.
 - 6. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da entidade adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito ser impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.
 - 7. Em sede de execução do contrato poderão ser acordados outros prazos de entrega do relatório referenciados na alínea c) do n.º 1 da presente cláusula, mediante acordo entre as partes e desde que não seja prejudicada a execução das fases subsequentes, garantindo que o prazo máximo de vigência do contrato não é ultrapassado
 - 8. Quando o adjudicatário seja uma seguradora não acompanhada/representada por um mediador ou corretor de seguros, nos termos do número 2 do ponto 10 do Programa do Procedimento, fica na disponibilidade da entidade adjudicante a decisão de designar o corretor de seguros na mediação dos seguros adjudicados,

o que terá de ocorrer no prazo máximo de 10 dias após a entrada em vigor do contrato, constituindo, nesse caso, obrigação do adjudicatário:

- a. Facultar atempadamente ao Corretor de Seguros da entidade adjudicante, todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho da sua atividade e à gestão eficiente dos contratos de seguro adjudicados, incluindo os sinistros, da entidade adjudicante;
 - b. Assegurar a remuneração do Corretor de Seguros da entidade adjudicante, conforme previsto na Lei n.º 7/2019, de 16.01, na sua atual redação, em função da tabela de comissionamento que o adjudicatário tenha em vigor à data da adjudicação, sem que este fato implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada, por cada entidade adjudicante.
9. O adjudicatário obriga-se ainda a manter, durante o prazo de vigência do contrato, a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade seguradora.
 10. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
 5. O adjudicatário obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato, trabalhadores em regime de trabalho sem termo, podendo afetar trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de vigência definido no número 1 da cláusula 2.ª do presente caderno de encargos, em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.
 6. Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.
 7. O adjudicatário deve entregar, no prazo máximo de 5 dias, contados desde o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual nos termos do **anexo C** do presente caderno de encargos. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos trabalhadores inicialmente afetos à prestação do serviço, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.
 8. O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência, para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer

em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.

9. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
10. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

4ª. Atualização dos prémios

Para os seguintes ramos de seguros, os prémios serão atualizados da seguinte forma:

1. Seguro de acidentes de trabalho: no final de cada anuidade é efetuado um acerto no prémio entre o valor real de remunerações durante o mesmo período e o valor considerado como estimativa salarial anual. À diferença entre estes dois valores é aplicada a taxa comercial adjudicada, podendo dar lugar à emissão de um estorno (caso o valor real seja inferior à estimativa anual) ou à emissão de um prémio adicional (caso o valor real seja superior à estimativa salarial). Em qualquer um dos casos serão acrescidos os respetivos impostos legais em vigor.
2. Seguro de acidentes pessoais: No caso de haver inclusão ou exclusão de pessoas seguras durante a vigência do contrato, será emitido o respetivo prémio ou estorno calculado com base no critério Pro Rata Temporis e de acordo com a taxa/prémio comercial adjudicado. Em qualquer um dos casos serão acrescidos os respetivos impostos legais em vigor.

5ª. Sinistralidade

A sinistralidade registada nos últimos três anos, consta no **Anexo B** ao presente caderno de encargos.

6ª. Preço contratual e condições contratuais

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário, de cada lote, o **prémio comercial anual constante da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. A entidade adjudicante obriga-se, ainda, a pagar ao adjudicatário o valor relativo a taxas legalmente obrigatórias, bem como outros custos e encargos que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis devam ser cobrados aos consumidores finais e consequentemente não sujeitas a concurso.
3. O **prémio comercial** de cada um dos lotes, acrescido de todos os outros elementos que compõem a fatura a pagar ao adjudicatário e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por

entidades terceiras (que compõe assim o **prémio total**), para o prazo máximo de vigência admitido é de (valores sem IVA):

Lote 1: Seguro de acidentes de trabalho **€4.955.000,00**

Lote 2: Seguro de acidentes pessoais **€115.000,00**

4. O preço contratual de cada lote corresponderá ao preço máximo constante do número anterior.
5. No decurso da execução do contrato, o adjudicatário não poderá, por sua iniciativa, efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas, franquias e outras condições acordadas com a entidade adjudicante, com exceção do indicado nas seguintes alíneas e sem prejuízo do previsto na cláusula seguinte:
 - a. São permitidas alterações nas coberturas sempre que as mesmas sejam reforçadas sem impacto nos valores dos prémios e taxas;
 - b. Só são permitidas alterações às taxas e prémios das apólices, se estas resultarem de disposição legal, de norma do ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento por parte da entidade adjudicante;
 - c. As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na alínea anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento da apólice e deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Entidade Adjudicante com a antecedência mínima de 60 dias, por correio eletrónico para o endereço do gestor de contrato, sob pena de ineficácia.
6. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças

7ª. Condições de pagamento

1. As condições de pagamento dos encargos resultantes das apólices objeto do contrato são fixadas de acordo com o previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro e com a periodicidade prevista no Anexo A do presente caderno de encargos, devendo o prestador de serviços/segurador avisar por escrito a entidade adjudicante/tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste e as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. As faturas devem ser emitidas em nome do **Município do Porto NIF: 501 306 099, sito na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 PORTO – Direção Municipal de Gestão de Pessoas e Organização**, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, deve(m) especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
4. Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.
5. Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos seus fornecedores, o Município do Porto contratualizou um serviço de apoio, que poderá ser solicitado através do seguinte endereço de correio eletrónico: apoio@ilink.pt.
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 e 3, as faturas são pagas através de transferência bancária.

8ª. Proteção de dados pessoais

1. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
 - c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
 - d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a

- confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
- f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
 - g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
 - h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
 - i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
 - j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.
2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
4. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

9ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, até 15% do preço contratual do lote onde se verificou o incumprimento;
 - b. Pelo incumprimento das obrigações constantes da cláusula 15.^a, até 10% do preço contratual o lote onde se verificou o incumprimento;
 - c. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual do lote onde se verificou o incumprimento, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula;
 - d. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar a afetação de trabalhadores à execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, em cumprimento do disposto no artigo 419.º - A do CCP, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual do lote onde se verificou o incumprimento, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula;
 - e. Pelo incumprimento da obrigação da entrega de documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária de até 5% do preço contratual do lote onde se verificou o incumprimento, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
 3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
 4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
 5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

7. Em função da gravidade do incumprimento das obrigações previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 1 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

10ª. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

11ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

12ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

13ª. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

14ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

15ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1. É admitida a cessão da posição contratual pelo cocontratante, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.
- 2. É ainda admitida a cessão da posição contratual em caso de incumprimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.

3. A Subcontratação por parte do Adjudicatário de quaisquer serviços que lhe tenham sido adjudicados depende, sempre, de prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 319.º do CCP.
4. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos n.os 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.
5. A subcontratação está vedada nas seguintes situações:
 - a. Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
 - b. Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;
 - c. Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
6. A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
7. Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.
8. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.
9. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

16ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte através dos endereços eletrónicos constantes do contrato, apenas se considerando a mesma válida e eficaz após essa comunicação.

17ª. Termos de desempenho ambientais

1. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.
2. O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

18ª. Execução do contrato

Os serviços serão executados mediante requisição da entidade adjudicante.

19ª. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, ao qual se delega:
 - a. A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada;
 - b. A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).
3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com o presente caderno de encargos.

20ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

ANEXO A – Especificações Técnicas

LOTE 1 - SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

A. Tomador do seguro

Município do Porto.

B. Objeto do seguro

A(s) Responsabilidade(s) do Tomador do Seguro pelos encargos provenientes de acidentes trabalho.

C. Atividade predominante

Diversas no âmbito da Atividade legalmente atribuída aos Municípios.

D. Âmbito do seguro

Ficam abrangidos por este contrato de seguro todos os trabalhadores, efetivos ou eventuais, ao serviço do Tomador de Seguro. Para o efeito, o Tomador de Seguro obriga-se a remeter ao Segurador, até ao dia 20 de cada mês, a relação de proventos salariais dos seus funcionários, relativamente ao mês anterior.

Ficam automaticamente cobertos os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos inferiores a 30 dias, sem necessidade de comunicação prévia e sem qualquer agravamento tarifário.

Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento, ficam a cargo do Segurador.

E. Garantias

Constituição de uma apólice de seguro para todos os trabalhadores do tomador de seguro, garantindo:

- Cobertura nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação;
- As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário líquido, englobando as remunerações, de caráter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura;
- O pagamento das pensões por incapacidade permanente parcial ou absoluta e as derivadas de morte, incluindo as que forem definitivamente fixadas pela Caixa Geral de Aposentações;
- No que respeita às pensões referidas no ponto anterior, bem como aos subsídios previstos nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro, ficam igualmente garantidos os pedidos de reembolso feitos pela Caixa Geral de Aposentações ao Tomador de Seguro, ao abrigo do disposto no artigo 43.º do citado Decreto-Lei (na sua atual redação);
- O pagamento do Subsídio “Subsídio de Morte” corresponde ao atinente ao previsto no n.º 3, do art.º 18.º, do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, que é de doze vezes a remuneração mínima mensal, sendo aplicável, conjugadamente, com o n.º 5, do mesmo preceito legal. A acumulação está prevista no artigo 7.º, do Decreto-Lei 223/95, de 8 de setembro, quando

este valor exceda o determinado pelo Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de novembro (cfr. redação introduzida pelo art.º 177.º, da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro).

- O pagamento das “Despesas de Funeral” deverá ter-se em conta que o seu cálculo está previsto n.º 1, do art.º 18º, do Decreto-Lei 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, que é de quatro vezes a remuneração mínima mensal, que será aumentada para o dobro, no caso de trasladação, sendo que deverá ter-se em conta, conjugadamente, o disposto no n.º 2 do mesmo preceito legal. A acumulação está prevista no artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de setembro, mas quando este valor exceda o consignado no Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de novembro.
- Consideram-se cobertos pela apólice os Acidentes de Trabalho sofridos pelos trabalhadores que se encontrem a desempenhar a sua atividade em regime de trabalho remoto.
 - Estas condições prevalecem sobre as Condições Gerais do Ramo.

F. Modalidade

Seguro de prémio variável ("Folhas de Férias").

G. Estimativa capital seguro

Montante de salários anuais previstos – valor do salário líquido e sem encargos da entidade empregadora, mais todas as prestações que revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, natal, turno e alimentação), de acordo com o a seguir indicado, que engloba os subscritores e não subscritores da Caixa Geral de Aposentações:

	Ano N ²	Ano N + 1	Ano N + 2
Massa Salarial estimada	78 200 000,00 €	82 900 000,00 €	88 700 000,00 €
N.º estimado de trabalhadores	4550	4550	4550

Notas:

- (a) A massa salarial não inclui forças policiais.
- (b) A massa salarial inclui os Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB).
- (c) Massa salarial e o n.º de elementos estimados para o RSB (carreira de Bombeiro Sapador):

	Ano N	Ano N + 1	Ano N + 2
Massa Salarial estimada	7 102 244,95 €	7 529 106,22 €	8 055 871,19 €
N.º estimado de trabalhadores	345	345	380

- (d) Funções dos RSB: são as seguintes:

- Combater incêndios urbanos, industriais e rurais;

² Por “Ano N” entende-se primeiro ano de vigência do contrato.
S08-03-IMP-82 Rev. 10

- Prestar socorro às populações em caso de incêndios, inundações, acidentes com matérias perigosas, estruturas colapsadas, busca e resgate em altura e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- Prestar socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- Efetuar buscas e resgates com recurso à sua unidade cinotécnica bem como o reconhecimento e inspeção de área com recurso a drones;
- Exercer atividades de socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo urgência pré-hospitalar;
- Fazer a proteção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espetáculos e divertimento público e outros recintos, mediante solicitação e de acordo com as normas em vigor, nomeadamente prestando serviço de vigilância durante a realização de eventos públicos;
- Colaborar em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhe forem cometidas;
- Emitir, nos termos da lei, pareceres técnicos em matéria de proteção contra incêndio e outros sinistros;
- Exercer atividades de formação cívica, com especial incidência nos domínios da prevenção contra o risco de incêndio e outros acidentes domésticos;
- Participar noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e que se enquadrem nos seus fins específicos;
- Prestar honras de Estado a entidades nacionais e estrangeiras de visita ao município.

H. Fracionamento do prémio

Trimestral, sem encargos de fracionamento.

I. Outras condições aplicáveis ao seguro

- Todas as indemnizações processadas ao abrigo da garantia de Incapacidade Temporária, são pagas diretamente ao Tomador de seguro, figurando este como entidade recebedora, uma vez que o tomador assegura sempre o pagamento do salário por inteiro, mesmo quando os funcionários se encontram temporariamente incapacitados de atenderem ao seu trabalho.
- Relativamente às pensões e subsídios que venham, a ser fixados pela Caixa Geral de Aposentações e sobre os quais esta Caixa tenha direito de reembolso sobre os tomadores de seguro, conforme artigo 43.º, do Decreto-Lei 503/99, de 20 novembro (na sua atual redação), o segurador diligenciará junto da referida Caixa, no sentido de conseguir estabelecer com esta um acordo que permita o reembolso direto entre a CGA e o segurador. Caso o segurador não consiga estabelecer com a CGA um acordo que permita o reembolso direto entre a CGA e o segurador, o reembolso ficará a cargo do Município do Porto que, posteriormente, será reembolsado pelo adjudicatário.
- O segurador compromete-se a celebrar acordo com pelo menos uma unidade hospitalar localizada no Concelho do Porto, para assistir sinistrados de Acidentes de Trabalho.
- O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 farmácias localizadas no Concelho do Porto por forma a isentar os sinistrados de Acidentes de Trabalho, do pagamento das despesas com

prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias ao segurador.

- O segurador deverá disponibilizar uma linha telefónica de atendimento, disponível, no mínimo, todos os dias úteis, das 08h30 às 19h00, que garanta desde o primeiro momento a assistência e encaminhamento do sinistrado desde a ocorrência e participação à seguradora, incluindo serviço de triagem dos processos de acidentes de trabalho com recurso a equipa técnica e clínica especializada nesta matéria, devendo ser disponibilizado:
 - Apoio telefónico ao sinistrado (ou à equipa onde este se encontra integrado) aquando da ocasião do acidente, para realização de 1.º nível de triagem (avaliação da situação concreta, disponibilizando suporte especializado à equipa do Município do Porto que acompanha o sinistro, definindo o procedimento a seguir em termos de encaminhamento clínico subsequente);
 - Sempre que necessário, e para avaliação da situação clínica, apoio especializado por médico da área de acidentes de trabalho, onde é levada a cabo uma triagem clínica de cada caso.
- O segurador compromete-se a atribuir um gestor de sinistros afeto ao Município do Porto, com a responsabilidade de responder diretamente aos pedidos de informação e esclarecimento solicitados por este.
- O segurador deverá disponibilizar portal para acesso a informação clínica dos trabalhadores acidentados do Município, pelos médicos afetos ao serviço de medicina do trabalho, mediante autenticação de utilizador e palavra-passe exclusiva para cada um dos médicos que seja identificado como afeto à medicina do trabalho.
- O segurador deverá disponibilizar portal eletrónico para inserção e consulta de acidentes ocorridos, onde deverá ser disponibilizada informação atualizada diariamente, incluindo datas de incapacidades e altas clínicas, bem como alertas de solicitações e alterações de estado.
- O segurador renúncia o direito de regresso contra o Tomador do Seguro, relativamente às quantias que venha a despendar em caso de ocorrência de acidente de trabalho resultante da falta de observância das regras sobre segurança e saúde no trabalho, por mera negligência daquele ou de pessoa por quem seja responsável.

LOTE 2 - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

1. AUTARCAS

A. Tomador do seguro

Município do Porto

B. Pessoas a segurar

Conforme previsto no n.º 1, do art.º 17.º, da Lei n.º 29/87, de 30 de junho (Estatuto dos Eleitos Locais), na sua atual redação. Para efeito deste seguro são consideradas apenas as seguintes Pessoas Seguras:

- Presidente da Câmara Municipal (CM);
- Vereadores em regime de permanência;
- Vereadores em regime de não permanência.

C. Âmbito territorial

Todo o Mundo

D. Riscos a segurar

Presidente da CM e vereadores em regime de permanência

- Risco Profissional e Extra-Profissional (24 horas por dia).

Vereadores em regime de não permanência

- Risco Profissional (quando no exercício das funções, In-itinere, ou em representações autárquicas).

E. Coberturas

- Morte ou Invalidez Permanente;
- Incapacidade Temporária;
- Despesas de Tratamento e Repatriamento;
- Despesas de Funeral.

Garantindo-se adicionalmente os riscos:

- a. Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de raio.
- b. Consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem.
- c. Resultantes da utilização pelo Segurado/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.

F. Coberturas / capitais por pessoa segura:

Pessoas Seguras	N.º de Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas Funeral
Presidente da CM	1	275.000,00 €	100,00 €/dia	50.000,00 €	1.750,00 €
Vereadores em regime de permanência	6	205.000,00 €	75,00 €/dia	40.000,00 €	1.750,00 €
Vereadores em regime de não permanência	6	75.000,00 €	50,00 €/dia	20.000,00 €	1.750,00 €

G. Condições especiais

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão;
- Os acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

H. Fracionamento do prémio

Semestral ou sem fracionamento, conforme opção a definir pelo Tomador de Seguro, sem encargos de fracionamento.

I. Outras condições aplicáveis ao seguro

- Emissão de termos de responsabilidade, no caso de intervenções cirúrgicas, ou tratamentos que justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice. Entende-se por tratamentos que justifiquem a emissão de termos de responsabilidade, aqueles cujo custo previsto, à data de início do tratamento, ultrapasse os 350,00 €;
- Considerando que estamos na presença de um seguro com indicação dos nomes das pessoas seguras registadas no contrato, e que por vezes essas referidas pessoas estão impossibilitadas de exercer as suas funções, estas serão substituídas temporariamente (ex.: em caso de doença), por outras pessoas não incluídas na apólice;
- O segurador deverá assumir a cobertura de tais substituições temporárias, sem existir a necessidade de comunicação das referidas alterações temporárias, por parte do Município, uma vez que a citada situação não aumenta o número de pessoas seguras, i.e., o risco assumido pelo segurador;

- O segurador considerará como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras nesta apólice, a data de admissão/saída, independentemente de qualquer desfasamento temporal entre tais datas e a comunicação destes factos ao segurador;
- O processamento das alterações acima referidas (Inclusões/Exclusões) será efetuado semestralmente pelo Segurador, de acordo com as comunicações recebidas do Município do Porto;
- Os respetivos acertos de prémio deverão ser emitidos e enviados conjuntamente com listagem devidamente discriminada;
- Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

2. BOMBEIROS

A. Tomador do seguro

Município do Porto

B. Segurados

Os corpos de Bombeiros Municipais, Voluntários e Profissionais abaixo identificados.

C. Pessoas a segurar

O Seguro de Acidentes Pessoais dos Bombeiros corresponde à concretização do direito estabelecido no Estatuto Social do Bombeiro que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão de acordo com o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho (na sua versão atualizada).

São consideradas pessoas seguras nesta apólice, o pessoal pertencente aos quadros de comando, ativo, especialistas, auxiliares, honra e reserva, incluindo infantes e cadetes, bem como os órgãos sociais/direção, conforme Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, na sua atual redação.

Para efeitos de emissão do seguro de acidentes pessoais dos bombeiros profissionais e voluntários, deve atender-se ao disposto na Portaria n.º 123/2014, de 19 de junho, que regulamenta as condições mínimas, quantias e riscos, associadas a este ramo de seguro.

Neste sentido, indicamos o número estimado de pessoas a segurar, discriminado por categorias:

	Quadro Comando, Quadro Ativo e Estagiários			Restantes Categorias de Bombeiros		
	N	N+1	N+2	N	N+1	N+2
Regimento de Sapadores Bombeiros	345	345	380	0	0	0
Bombeiros Voluntários Portuenses	95	105	120	165	165	165
Bombeiros Voluntários do Porto	60	80	90	20	30	40
TOTAL	500	530	590	185	195	205

Nota: Estas quantidades podem ser alteradas a qualquer momento, nomeadamente por força de saídas e ingressos em cada corporação e mudanças de categoria.

D. Âmbito da cobertura

Ficam cobertos os acidentes ocorridos em território nacional e no estrangeiro, quando no exercício das suas missões, conforme definido no artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, ou por causa delas, incluindo os exercícios de instrução ou a prática de atividades desportivas no âmbito da Corporação ou Inter-Corporações, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado. Estão igualmente cobertos os acidentes ocorridos em ações de formação, instrução, treino, cerimónias, festividades, exibição e outros atos similares. Ficam cobertos todos os acidentes que decorram de acidentes de viação e aviação, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

E. Âmbito territorial

Todo o mundo.

F. Coberturas / capitais por pessoa segura

Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade temporária parcial ou total	Despesas de tratamento e medicamentos
205.000,00 €	123 €/dia	82.000,00 €

G. Condições especiais

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir:

- As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

- b. A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- c. As despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão;
- d. As lesões corporais, incluindo a morte, que resultem da inalação de fumos, asfixia, insolação, afogamento e hipotermia;
- e. Os exercícios de instrução e treino bem como a prática de atividades desportivas no âmbito da Corporação ou entre corporações, independentemente do seu local de realização;
- f. Os acidentes ocorridos em ações de formação, instrução, treino, cerimónias, festividades, exibição e outros atos similares.

H. Fracionamento do prémio

Semestral ou sem fracionamento, conforme opção a definir pelo Tomador de Seguro, sem encargos de fracionamento.

I. Outras condições aplicáveis ao seguro

- O segurador procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas, ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice. Entende-se por tratamentos que justifiquem a emissão de termos de responsabilidade, aqueles cujo custo previsto, à data de início do tratamento, ultrapasse os 350,00 €;
- O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, de forma a isentar os sinistrados, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora;
- O segurador procederá à atualização automática dos capitais seguros de acordo com os valores mínimos legais, sempre que estes forem alterados;
- O segurador considerará como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras nesta apólice, a data de admissão/saída na corporação, independentemente de qualquer desfasamento temporal entre tais datas e a comunicação destes factos ao segurador;
- O processamento das alterações acima referidas (Inclusões/Exclusões) será efetuado semestralmente pelo Segurador, de acordo com as comunicações recebidas do Município do Porto;
- Para a anuidade do ano N, os concorrentes devem declarar nas suas propostas que se comprometem a efetuar as atualizações que se revelem necessárias aos capitais seguros, resultante da indexação legal à RMMG que vier a vigorar, sem alteração do valor do prémio fornecido para os capitais que agora constam deste seguro;
- Os respetivos acertos de prémio deverão ser emitidos e enviados conjuntamente com listagem devidamente discriminada;

- Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

3. CPCJ's - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

A. Tomador do seguro

Município do Porto.

B. Segurados

Membros integrantes da CPCJ.

C. Âmbito territorial

Portugal.

D. Risco a segurar

Risco Ocupacional, incluindo risco de trajeto qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

E. Coberturas

- Morte ou Invalidez Permanente por Acidente;
- Despesas de Tratamento por Acidente;
- Despesas de Funeral por Acidente;
- Subsídio Diário em Caso de Internamento Hospitalar por Acidente

F. Coberturas / capitais por pessoa segura:

N.º estimado de Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente por Acidente	Despesas de Tratamento por Acidente	Despesas de Funeral por Acidente	Subsídio Diário em Caso de Internamento Hospitalar por Acidente
15 membros	30.000,00 €	3.000,00 €	5.000,00 €	40,00 €/dia máximo de 90 dias

G. Fracionamento do prémio

Sem fracionamento de prémio.

H. Outras Condições Aplicáveis

- O segurador procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas, ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice. Entende-se por tratamentos que justifiquem a emissão de termos de responsabilidade, aqueles cujo custo previsto, à data de início do tratamento, ultrapasse os 350,00€;
- O segurador considerará como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras nesta apólice, a data de admissão/saída da CPCJ, independentemente de qualquer desfasamento temporal entre tais datas e a comunicação destes factos ao segurador;

O processamento das alterações acima referidas (Inclusões/Exclusões) será efetuado semestralmente pelo Segurador, de acordo com as comunicações recebidas do Município do Porto.

4. PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

A. Tomador do seguro

Município do Porto

B. Segurados

Participantes no Programa de Voluntariado, mencionados no ponto seguinte (Pessoas a Segurar).

C. Pessoas a segurar

O Seguro de Acidentes Pessoais Voluntários de acordo com o estabelecido na alínea g), do artigo 9.º, da Lei n.º 71/98, de 03 de novembro e Decreto-Lei n.º 48/2017, de 22 de maio.

Para efeitos deste contrato são considerados abrangidos pelo seguro todos os voluntários que desempenhem funções de voluntariado ao serviço do Município ou entidade por ele designada. Ficam igualmente abrangidos pelo seguro de acidentes pessoais os condenados em cumprimento de medidas de Trabalho a Favor da Comunidade e substituição da Multa por Trabalho.

Neste sentido, indicamos o número de pessoas a segurar:

N.º de Voluntários / por ano		
N	N+1	N+2
45	45	45

Os voluntários podem desempenhar as seguintes tarefas/atividades, sem prejuízo de outras que venham a ser propostas pelos serviços ou pelos voluntários:

- Locução de livros;
- Colaboração no funcionamento dos arquivos, bibliotecas e museus;
- Tradução de documentos;
- Introdução de dados em aplicativo informático;
- Atendimento, esclarecimento e aconselhamento de cidadãos com dúvidas em matéria de determinadas áreas do direito;
- Arquitetura, planeamento e reabilitação;
- Leitura e exploração de histórias, incentivo à leitura, apoio educativo às crianças e jovens internados ou em tratamento no Centro Materno Infantil do Norte (CMIN);
- Preparação/organização de campanhas.
- Cada voluntário dedica, em média, 6 horas por semana às suas funções.

D. Âmbito da cobertura

O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental, sofrido pelas pessoas seguras no decurso das atividades de voluntariado garantidas, incluindo os acidentes verificados nas deslocações, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

E. Âmbito territorial

Todo o mundo.

F. Coberturas / capitais por pessoa segura

Morte ou Invalidez Total e Permanente	Despesas de Tratamento	Despesas de Funeral	Incapacidade Temporária Absoluta (subsídio diário)
75.000,00€	15.000,00€	1.500,00€	27,00€/dia

G. Condições especiais

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir:

- As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- As despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão;
- Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

H. Fracionamento do prémio

Semestral ou sem fracionamento, conforme opção a definir pelo Tomador de Seguro, sem encargos de fracionamento.

I. Outras condições aplicáveis ao seguro

- O segurador procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas, ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice. Entende-se por tratamentos que justifiquem a emissão de termos de responsabilidade, aqueles cujo custo previsto, à data de início do tratamento, ultrapasse os 350,00€;
- O segurador considerará como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras nesta apólice, a data de admissão/saída do programa de voluntariado, independentemente de qualquer desfasamento temporal entre tais datas e a comunicação destes factos ao segurador;
- O processamento das alterações acima referidas (Inclusões/Exclusões) será efetuado semestralmente pelo Segurador, de acordo com as comunicações recebidas do Município do Porto;

- Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

Anexo B - Sinistralidade

Ramo		2021			2022			2023		
		N.º sinistros	Valor de indemnização	Reservas/ Provisões anuais	N.º sinistros	Valor de indemnização	Reservas/ Provisões anuais	N.º sinistros	Valor de indemnização	Reservas/ Provisões anuais
Lote 1 Seguro Acidentes Trabalho		181	174 474 €	44 319 €	342	352 577 €	278 076 €	439	499 991 €	382 505 €
Lote 2 Seguro Acidentes Pessoais	Programa voluntariado	-			-			-		
	Autarcas / Executivo	-			-			-		
	CPCJ	-			-			-		
	Bombeiros	RSB	39	8 312 €	57	119 €		62		
		BVPorto	-		-			-		
		BVPortuenses	3	20 727 €	3 510 €	1		1	35 €	

ANEXO C – (Modelo de) Declaração

[para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetará à prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato n.º _____, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo laboral

..... (local), (data), [assinatura].